



Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública
Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROJETO

Contrato de Empréstimo BID 2957/OC-BR

Projeto: PROCIDADES/DF

**Órgão executor: Secretaria de Desenvolvimento Econômico do
Distrito Federal – SDE/DF**

Período da auditoria: Exercício 2019

Brasília, maio de 2020



Tribunal de Contas do Distrito Federal

Plenário – Conselheiros:

Anilcéia Luzia Machado – Presidente

Márcio Michel – Vice-Presidente

Inácio Magalhães Filho - Corregedor

Manoel Paulo de Andrade Neto

Antônio Renato Alves Rainha

Paulo Tadeu

José Roberto de Paiva Martins

Procuradores do Ministério Público Junto ao Tribunal

Marcos Felipe Pinheiro Lima - Procurador-Geral

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

Demóstenes Tres Albuquerque

MISSÃO

*“ATUAR EM BENEFÍCIO DA
SOCIEDADE, PROMOVENDO A
MELHORIA DA GESTÃO DOS
RECURSOS PÚBLICOS POR MEIO
DO CONTROLE EXTERNO.”*



**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do
Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR – Exercício 2019**

EQUIPE DE AUDITORIA
(Auditores de Controle Externo)
GABRIEL DE OLIVEIRA REGES
INDIO ARTIAGA DO BRASIL RABELO
PÂMMERA SARAIVA BARRETO DE OLIVEIRA

FABRÍCIO BIANCO ABREU
Supervisor da auditoria
Diretor da Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos

AGNALDO MOREIRA MARQUES
Secretário de Macroavaliação da Gestão Pública

FRANCISCO ANTONIO ALVES DE SOUZA
Secretário-Geral de Controle Externo

DADOS PARA CONTATO

Tribunal de Contas do Distrito Federal
Secretaria-Geral de Controle Externo
Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública
Divisão de Auditoria de Programas e de Recursos Externos
Praça do Buriti – Ed. Palácio Costa e Silva (Anexo)
Brasília – DF – CEP: 70.075-901
Fone: (61) 3314-2251
E-mail: diaprex@tc.df.gov.br



ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras	05
Notas sobre procedimentos utilizados na análise das Demonstrações Financeiras	29
Quadro 1 - Resumo de Revisão das Solicitações de Desembolso	32
Quadro 2 - Detalhamento das Despesas Revisadas	33
Cartas de Compromisso e de Representação	34



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 2957/OC-BR, PROGRAMA PROCIDADES/DF, GERENCIADO PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL, REFERENTES AO PERÍODO DE 2019

Ao Sr. Chefe da Unidade de Gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – UGP/Procidades/DF

Realizamos auditoria das Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados para o período de 2019 do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR, e do aporte local do Distrito Federal, executado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – SDE/DF, e emitimos nossos respectivos relatórios prévios sobre as mesmas, com data de 06 abril de 2020.

Este relatório é complementar ao Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas do Programa.

A Administração da SDE/DF, executora do Procidades/DF, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do Programa, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos. Para cumprir com essa responsabilidade, requeremos juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno.

Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à Administração segurança razoável, porém não absoluta: 1) de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas; e 2) de que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da Administração e os termos do contrato e estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis. Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver esta auditoria das Demonstrações Financeiras do Programa referentes ao período de 2019, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras do Programa, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não houve manifestação nesse sentido.



Foram observados aspectos que são descritos no presente relatório relacionados com o sistema de controle interno e sua operação, os quais foram considerados como condições que merecem ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria.

As condições que merecem ser informadas compreendem assuntos que chamaram a atenção relativamente a deficiências importantes no desenho ou operação do sistema de controle interno que, no julgamento da equipe de auditoria, poderiam afetar adversamente a capacidade do Procidades/DF para registrar, processar, resumir e apresentar informações financeiras de forma consistente com as afirmações da UGP/Procidades/DF nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados.

Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que o desenho ou a operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades por valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Programa, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados.

As deficiências de controle interno consideradas significativas estão identificadas nas seções 1 – Comentários e observações gerais sobre os registros contábeis, sistemas e controles que foram examinados no decurso da auditoria; 2 – Deficiências específicas e áreas de fragilidade nos sistemas de controle interno; e 3 – Conclusão.



1. Comentários e observações gerais sobre os registros contábeis, sistemas e controles que foram examinados no decurso da auditoria

A avaliação de controles internos, elaborada em atendimento ao item 6.1, alínea c, do Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa, foi realizada na fase de planejamento da auditoria, tendo se estruturado nos seguintes grupos de informações:

- a. áreas;
- b. riscos (código e descrição);
- c. controles (código, descrição e risco afetado);
- d. classificação de acordo com as componentes preconizadas pelo COSO;
- e. procedimentos de auditoria aplicados; e
- f. avaliação da equipe de auditoria (situação encontrada, probabilidade de ocorrência, impacto nos objetivos, risco inerente, risco de controle e risco residual).

2. Parte dessa análise foi desenvolvida para orientar os trabalhos de execução da auditoria e encontra-se consubstanciada na matriz analítica de revisão dos controles internos do Programa¹. Apresentamos, a seguir, o quadro-síntese respectivo.

¹ Matriz de Riscos e Controles, PT 1.7, e-DOC 25AC3CDC-e, associado aos autos.

Tabela 1 – Matriz de Riscos

Área	Risco		Fatores utilizados para avaliação do risco		Risco Inerente (A x B)	Risco de controle	Risco residual
	Cod.	Descrição	Probabilidade (A)	Impacto (B)			
GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	R01	Não atingimento dos objetivos de um sistema de controle interno (divulgação das demonstrações, conformidade às normas aplicáveis ao Contrato de Empréstimo e eficiência/eficácia)	0,40	1,00	0,40	0,50	20%
	R02	Perpetuação de falhas identificadas em auditorias anteriores que comprometem a execução do Contrato de Empréstimo.	0,60	0,80	0,48	0,60	29%
PROCEDIMENTOS DE AQUISIÇÃO	R03	Realização de aquisições não relacionadas ao Programa.	0,20	0,20	0,04	0,40	2%
	R04	Aquisições em desacordo com as políticas de aquisições do BID.	0,40	0,20	0,08	0,40	3%
PROCESSOS DE PAGAMENTO	R05	Pagamentos em desacordo com os contratos de aquisição de bens, realização de obras e prestação de consultorias	0,60	0,50	0,30	0,44	13%
MANUTENÇÃO DE OBRAS EDIFICADAS E BENS	R06	O bem se deteriorar pela ação do tempo e das intempéries, durante a vigência do Contrato de Empréstimo + 3 anos.	0,60	0,80	0,48	0,67	32%
ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	R07	Efetivação de registros contábeis não confiáveis e elaboração de demonstrações financeiras relevantemente distorcidas.	0,60	1,00	0,60	0,40	24%
Legenda	Risco Residual Muito Baixo						
	Risco Residual Baixo						
	Risco Residual Médio						
	Risco Residual Alto						
	Risco Residual Muito Alto						

Fonte: PT 1.7 – Matriz de Riscos e Controles (associado aos autos no sistema e-TCDF).

- Assim, não foram identificados riscos residuais altos nem muito altos, mantendo o cenário em relação ao constatado na auditoria anterior, na qual os riscos também foram avaliados como “muito baixos”, “baixos” e “médios”.
- Com efeito, o nível dos riscos residuais permaneceu o mesmo para as áreas avaliadas, com exceção da área “pagamento em desacordo com os contratos de aquisição de bens, realização de obras e prestação de consultorias”, que oscilou de muito baixo para baixo.

**Tabela 2 – Comparativo da situação dos riscos residuais entre 2018 e 2019**

Risco Residual	Situação em 2018	Situação em 2019
R01 - Não atingimento dos objetivos de um sistema de controle interno (divulgação das demonstrações, conformidade às normas aplicáveis ao Contrato de Empréstimo e eficiência/eficácia).	Médio	Médio
R02 - Perpetuação de falhas identificadas em auditorias anteriores que comprometem a execução do Contrato de Empréstimo.	Médio	Médio
R03 - Realização de aquisições não relacionadas ao Programa.	Muito Baixo	Muito Baixo
R04 - Aquisições em desacordo com as políticas de aquisições do BID.	Muito Baixo	Muito Baixo
R05 - Pagamentos em desacordo com os contratos de aquisição de bens, realização de obras e prestação de consultorias.	Muito Baixo	Baixo
R06 - O bem se deteriorar pela ação do tempo e das intempéries, durante a vigência do Contrato de Empréstimo + 3 anos.	Médio	Médio
R07 - Efetivação de registros contábeis não confiáveis e elaboração de demonstrações financeiras relevantemente distorcidas.	Médio	Médio

Fonte: PT 1.7 (e-DOC 25AC3CDC-e associado ao Processo nº 25044/2019) e PT 04 (e-DOC 9ED057BE-e associado ao Processo nº 1383/2019).

5. Frisamos que o estabelecimento dos procedimentos de auditoria levou em conta os riscos inerentes e os de controle identificados, de modo a incorrer em risco de auditoria adequado aos níveis de asseguarção adotados, a saber, asseguarção razoável na certificação das demonstrações financeiras e asseguarção limitada no presente relatório sobre o sistema de controle interno do Mutuário.

6. Em especial no que diz respeito ao Risco R01 – “Não atingimento dos objetivos de um sistema de controle interno”, objeto de recomendação em trabalhos passados, destacamos que a SDE/DF iniciou, em 2018, a implantação da política de gestão de riscos do Decreto distrital nº 37.302/16, conforme foi noticiado na auditoria anterior.

7. Indagada² sobre versão atualizada do documento Gestão de Riscos do Projeto – GRP, a matriz de Risco e o Plano de Mitigação (se aplicável) considerando as cláusulas do Contrato 2957-OC/BR e as boas práticas de que trata o Decreto Distrital nº 37.302/16, a SDE/DF limitou-se a enviar a Matriz de Risco Inicial do Programa.³

8. Em sede de avaliação do referido risco, constatamos a utilização de documentos intitulados Projeto de Gestão de Riscos e Estabelecimento do Contexto e Projeto de Gestão de Integridade, ambos relacionados à gestão de riscos. Tem-se

² Nota de Auditoria – NA nº 04 (e-DOC E67B8DEB-e, associado aos autos no sistema e-TCDF).

³ Em mídia anexa ao Ofício nº 3/2020 – SDE/GAB/SAADE/COPAF (Resposta à NA 04), de 14/01/20, e-DOC 5CC4443E-c, associado aos autos no sistema e-TCDF.



ainda que foram elaboradas matrizes de risco englobando áreas diversas da SDE/DF, inclusive a Subsecretaria de Apoio às Áreas de Desenvolvimento Econômico – SAADE. Entretanto, apesar da elaboração do Plano de Implementação das ações de controle e planilhas com monitoramento de riscos, não identificamos menção à SAADE nesses últimos documentos, mas apenas a outros setores da Secretaria.

9. Assim, tendo em vista que a gestão de riscos não foi plenamente implementada pela Secretaria, **reiteramos a recomendação no sentido de que a SDE/DF passe a monitorar sistematicamente os riscos ao não atingimento dos objetivos do Programa.**

10. No que tange ao Risco R04 – “Aquisições em desacordo com as políticas de aquisições do BID”, registramos que não foram comprovados treinamentos nas políticas de aquisições, medida relacionada à mitigação do referido risco. Desse modo, **reiteramos a recomendação para que se fomente a capacitação do pessoal técnico alocado ao Programa, realizando, caso entenda-se necessário, gestão junto a outras unidades da SDE/DF e/ou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento.**

11. Em suma, as recomendações são as seguintes:

- i) que a SDE/DF monitore sistematicamente os riscos ao não atingimento dos objetivos do Programa;
- ii) que a SDE/DF promova capacitação do seu corpo técnico atinente às políticas BID.

Considerações da SDE/DF

12. Por meio da Nota de Auditoria nº 18-PROC. 25044/2019⁴, a equipe de auditoria encaminhou o teor do Relatório Prévio de Auditoria à SDE/DF e oportunizou a essa Pasta manifestar-se a respeito.

13. Em resposta, a SDE/DF encaminhou tempestivamente o Ofício nº 267/2020 - SDE/GAB (SEI 39946291) e anexos, no qual mencionou documentos acostados aos processos GDF 00370-00001793/2020-46, 00370-00005346/2019-22, 00600-00000443/2020-84 e 00370-00001599/2020-61, os quais foram disponibilizados à equipe de auditoria para análise⁵.

14. A SDE/DF alegou que iniciou a implantação da Política de Gestão de Riscos ainda em 2018, sendo concluída em 2019, em atendimento ao Decreto nº 39.736/2019. Informou, ainda, que é assessorada permanentemente pela Controladoria-Geral do DF, conforme observa-se no processo de nº SEI 00370-00002736/2018-60.

15. Acrescentou que já possui Matriz de Riscos concluída e que esta encontra-se na fase de implantação dos controles de riscos, os quais estão parcialmente implantados.

16. Também, registrou que os riscos detectados pelas unidades dessa Pasta estão em constante monitoramento, sendo apresentados bimestralmente ao

⁴ E-DOC 2FA8281E-c.

⁵ E-DOC 4F7A8244-c.



Comitê Interno de Governança Pública da SDE para avaliação, conforme relatórios de Gerenciamento de Riscos anexados ao processo de nº 00370-00002736/2018-60.

17. Ainda, destacou que a SDE/DF tem monitorado os riscos concernentes ao Procidades/DF junto à Subsecretaria de Apoio as Áreas de Desenvolvimento Econômico – SAADE, conforme Relatório de Gerenciamento de Riscos (38148494 – Processo nº 00370-00002736/2018-60).

18. Por fim, no que tange à capacitação do corpo técnico da SDE/DF nas políticas do BID, a Secretaria elencou o Processo nº 00370-00005346/2019-22, que cuida do planejamento da Política de Capacitação e de Desenvolvimento dos servidores da SDE/DF para 2020, o qual menciona, por vezes, a necessidade de cursos voltados ao Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF (SEI 36124122).

Posicionamento da Equipe

19. Quanto à capacitação, o plano aprovado diz respeito à 2020, não tendo o condão de alterar a situação de 2019.

20. No que tange à gestão de risco, a própria SDE reconhece que a Matriz de Risco ainda se encontra em fase de implantação, estando os respectivos controles apenas parcialmente implantados.

21. Ademais, conforme constatado pela equipe de fiscalização, não foi identificada menção à SAADE nos documentos referentes à gestão de risco.

22. Assim, temos que as considerações apresentadas pela SDE não são suficientes para alterar as constatações em comento, sem prejuízo de realizar nova verificação da matéria quando da execução da auditoria sobre o Procidades/DF relativo ao exercício de 2020.

2. Deficiências específicas e áreas de fragilidade nos sistemas de controle interno

2.1. Achado nº 01: Inexistência de plano de manutenção de bens relativo às obras reconhecidas a débito da contrapartida local

2.1.1. Critério

23. O Mutuário deve manter adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Programa, de acordo com as normas técnicas geralmente aceitas. Ademais, deve apresentar, até 3 (três) anos seguintes ao último desembolso do financiamento, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção.

24. A Cláusula 4.02 do Capítulo IV do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR estabelece que:

(a) O Mutuário se compromete a, no âmbito de sua competência: (i) conservar adequadamente as obras e equipamentos compreendidos no Projeto, de acordo com normas técnicas geralmente aceitas; e (ii) apresentar ao Banco, até 3 (três) anos seguintes ao último desembolso do Financiamento, e dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dessas obras e equipamentos e o plano anual de manutenção, conforme o disposto no Anexo A.



(b) Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário deverá adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.

25. O item VI do Anexo A do referido Contrato de Empréstimo, por sua vez, estipula que o plano anual de manutenção, exigido a partir do exercício seguinte ao da entrada em operação da primeira das obras do Programa, deverá indicar a organização responsável pela manutenção do bem, informar os recursos financeiros aplicados na manutenção e incluir relatório sobre as condições de conservação do bem.

2.1.2. Condição Encontrada

26. Ainda no exercício de 2017, houve reconhecimento de despesas a débito de contrapartida do GDF, no valor de R\$ 20.777.554,17, as quais foram objeto da Solicitação de Desembolso nº 11, relativas a obras de infraestrutura de pavimentação asfáltica e drenagem pluvial, no valor de R\$ 19,1 milhões, e de abastecimento de água e esgotamento sanitário, no valor de R\$ 1,7 milhão (Mensagem CBR nº 3407/17).⁶

27. A UGP/Procidades/DF informou, por meio do Ofício SEI-GDF nº 64/2018 - SEDICT/SAED/COPAF,⁷ que diligenciou a Novacap e a Caesb, responsáveis pelas referidas obras e coexecutoras do Programa, para que providenciassem os correspondentes planos de manutenção. A informação foi reiterada em reunião realizada na fase de planejamento da auditoria.

28. Apesar disso, não foram apresentados, em 2019, relatórios sobre os estados de conservação das obras nem plano de manutenção relativamente às obras reconhecidas a débito da contrapartida local, em inobservância à referida Cláusula 4.02 do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR e ao estipulado no item VI do Anexo A do referido Contrato de Empréstimo⁸.

2.1.3. Causa

29. Omissão das unidades responsáveis pela execução do Procidades/DF, em especial Novacap e Caesb, na elaboração dos referidos planos de manutenção.

2.1.4. Efeito

30. Possibilidade de deterioração e de comprometimento da funcionalidade dos bens adquiridos com recursos do Programa.

2.1.5. Considerações da SDE/DF

31. A SDE/DF arguiu que as ações de manutenção e conservação das obras no âmbito do GDF estão a cargo da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do DF – SO/DF. Nesse sentido, enviou a essa Pasta o Ofício SEI-GDF nº 13/2020-SDE/GAB/SADE/COPAF⁹ solicitando informações e esclarecimentos sobre a temática.

⁶ E-DOC CCD5E5CA-e (associado ao Processo nº 1485/18).

⁷ E-DOC CF8216F3-c (associado ao Processo nº 1383/2019).

⁸ Conforme PT 13 (e-DOC 1D47BC69-e), e e-DOC F715CA9B-e.

⁹ E-DOC D03361D0-e.



32. Em resposta, a SO/DF, na figura da Subsecretaria de Gestão de Recursos Externos, por meio do Ofício nº 11/2020-SODF/SUGRE¹⁰, também não logrou êxito em apresentar medidas para elaboração do plano anual de manutenção em pauta, limitando-se a elencar diversos óbices, quais sejam: falta de capacidade técnica para elaborar planos de manutenção de obras; inexistência de disponibilidade orçamentária para contratação do referido plano; inexistência de diretrizes da administração da Pasta ante o fato de que o titular dessa estaria hospitalizado; exiguidade de prazo para manifestação, com consequente necessidade de dilação; e solicitação de agendamento de reunião com a equipe de auditoria para dirimir eventuais dúvidas.

2.1.6. Posicionamento da Equipe

33. Uma vez que a SDE/DF, diretamente ou por meio da manifestação da SO/DF, não apresentou medidas voltadas à elaboração do plano anual de manutenção e conservação das obras, tem-se que, diante do exposto, as considerações apresentadas não foram suficientes para alterar as evidências noticiadas neste achado nem as propostas apresentadas tendentes a sanear as falhas encontradas.

2.1.7. Recomendação

34. Recomendamos à UGP/Procidades/DF que passe a observar, para as obras reconhecidas como contrapartida local, a Cláusula 4.02 e o item VI do Anexo A do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR, e elaborem o plano anual de manutenção para as obras e equipamentos compreendidos no Procidades/DF.

2.2. Achado nº 02: Reconhecimento de rendimentos de aplicações financeiras em desconformidade com a base contábil de caixa

2.2.1. Critério

35. Reconhecimento de receitas conforme base contábil de caixa, adotada pelo Programa e definida nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo BID.¹¹ Assim, as receitas devem ser reconhecidas no momento do ingresso do recurso na Conta Especial do Programa.

2.2.2. Condição Encontrada

36. Nas demonstrações financeiras (Demonstração de Fluxo de Caixa – DFC) consta que os rendimentos de aplicações financeiras em 31.12.2019 era de R\$ 1.707.132,67.

37. No entanto, por meio de extração de dados do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGo,¹² constatou-se que os rendimentos eram de R\$ 1.705.748,84, como demonstrado a seguir.

¹⁰ E-DOC DA24F22D-e.

¹¹ Disponível em <https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/auditoria-e-fiscalizacao/avaliacao-da-gestao-dos-administradores/auditorias-nos-contratos-e-financiamentos-externos-e-nos-projetos-de-cooperacao-tecnica-internacional/arquivos/bid-guias-relatorios-financeiros.pdf>

¹² PT 15 e 15.1 – associados aos autos no sistema e-TCDF.

**Tabela 3 – Rendimentos de aplicações financeiras em 2019**

MÊS DE COMPETÊNCIA	RENDIMENTOS (EM R\$)
Janeiro/2019	1.177,68
Fevereiro/2019	46.523,96
Março/2019	68.646,18
Abril/2019	38.034,97
Maior/2019	102.516,07
Junho/2019	258.952,54
Julho/2019	294.271,43
Agosto/2019	248.117,76
Setembro/2019	207.501,90
Outubro/2019	191.553,51
Novembro/2019	132.053,36
Dezembro/2019	116.399,48
TOTAL	1.705.748,84

Fontes: PTs 15 e 15.1 e SIGGo.

38. Dessa forma, aponta-se diferença da ordem de R\$ 1.383,83, registrada a maior nas demonstrações financeiras em relação ao constante no SIGGo.

2.2.3. Causa

39. Procedimentos e rotinas de elaboração das Demonstrações Financeiras e das Notas Explicativas em desacordo com o regime de caixa, bem como procedimentos de revisão e supervisão inadequados.

2.2.4. Efeito

40. Distorções não significativas que afetam os valores reportados nas Notas Explicativas e nas Demonstrações de Fluxos de Caixa referentes ao exercício de 2019.

2.2.5. Considerações da SDE/DF

41. Inicialmente, a SDE/DF reconheceu que a falha constatada neste achado tem sido apontada recorrentemente em relatórios de auditoria sobre o Procidades/DF.

42. Esclareceu que o motivo para essa inconsistência é a divergência entre a escrituração no Sistema de Controle Financeiro (GPRO) do Procidades/DF, que se dá por meio do regime de caixa como base contábil (em consonância com as normas do BID), e a sistemática adotada no âmbito da Subsecretaria do Tesouro, a qual integra a Secretaria de Estado de Economia do DF – SEEC/DF, que é realizada segundo o regime de competência em consonância com as normas de contabilidade aplicáveis ao setor público.



43. Não obstante, a SDE/DF afirmou que a atual gestão da pasta posicionou-se, por meio do Ofício nº 203/2020-SDE/SUAG¹³, junto à Coordenação de Gestão Financeira da Subsecretaria do Tesouro, que é a unidade gestora da Conta Única do Tesouro, com intuito de que essa unidade se manifestasse a respeito e apresentasse alternativas para solucionar a discrepância apontada neste achado de auditoria.

44. Em resposta, a Coordenação de Gestão Financeira da SEEC/DF, por meio do Ofício nº 23/2020-SEEC/SEF/SUTES/COGEF/GECAF¹⁴, afirmou que inexistiu divergência entre os extratos bancários e os lançamentos de Rendimento efetuados no SIGGo e que, inclusive, o saldo contábil de dezembro/2019 se encontra em conformidade com os saldos apontados pelos extratos bancários de dezembro/2019 conforme demonstram as conciliações bancárias.

2.2.6. Posicionamento da Equipe

45. Em que pese o alegado pela Coordenação de Gestão Financeira da Subsecretaria do Tesouro, tem-se que seus argumentos não procedem. Isso porque nas demonstrações financeiras do Procidades/DF, consta que os rendimentos de aplicações financeiras em 31.12.2019 eram de R\$ 1.707.132,67, enquanto que o apurado pela equipe de auditoria, considerando a base contábil adotada pelo BID, foi de R\$ 1.705.748,84.

46. Vale esclarecer que, como mencionado acertadamente pela SDE/DF, a base contábil da escrituração contábil do Procidades/DF segue o regime de caixa, diferentemente, portanto, do regime de competência adotado na Contabilidade Aplicada ao Setor Público, razão pela qual a equivalência dos saldos contábil e bancário nas contas do Procidades/DF não é condição essencial para inexistência de divergência no saldo das aplicações financeiras sob a ótica do regime de caixa.

47. Dessa forma, não obstante o reconhecimento por parte da SDE/DF de que a impropriedade tema deste achado tem sido recorrentemente apontada, bem como a exposição da motivação da falha constatada, remanescem as evidências noticiadas neste achado, bem como as propostas apresentadas tendentes a sanear as falhas encontradas.

2.2.7. Recomendação

48. Recomendamos à UGP/Procidades/DF que:

- I. doravante, reconheça os rendimentos de aplicações financeiras com base no regime de caixa, ou seja, quando do efetivo resgate da aplicação financeira e ingresso do recurso na Conta Especial do Programa;
- II. adote rotinas de controle que possibilitem revisão dos registros e conciliação com saldos contábeis.

¹³ E-DOC 68697437-e.

¹⁴ E-DOC B14F373A-e.



2.3. Achado nº 03: Falhas no procedimento de Seleção Baseada em Qualidade e Custo – SBQC

2.3.1. Critério

49. A Cláusula 4.01(c) das Disposições Especiais do Contrato nº 2957/OC-BR estabelece que, abaixo do valor contratual de U\$ 5.000.000,00, o método de seleção será determinado de acordo com a complexidade e características da aquisição ou contratação, o qual deverá estar refletido no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

50. Por sua vez, o Plano de Aquisições – PA aprovado pelo BID¹⁵ traz o método de seleção de todos os bens e serviços de consultoria constantes do Procidades/DF. Em referido PA, foi estabelecido o método de Seleção Baseada em Qualidade e Custo – SBQC para o objeto “Programa de Resíduos Sólidos”, o qual foi selecionado nesta auditoria para ser verificado.

51. Vale dizer que o referido método se encontra disciplinado pela GN-2350-9 (Políticas para Seleção e Contratação de Consultores Financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento)¹⁶.

2.3.2. Condição Encontrada

52. Com vistas à realização de verificações quanto à aderência das contratações feitas no Procidades/DF à GN 2350-9, foi selecionado o Processo nº 0370-000465/2016, Contrato nº 39415/2019, cujo objeto de contratação foi a elaboração do Programa de Resíduos Sólidos nas Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADES do Procidades/DF. Cumpre mencionar que a empresa contratada foi a Engeconsult - Consultores Técnicos LTDA, com valor total do contrato no montante de R\$ 1.077.472,23.

53. Com base nas disposições da GN 2350-9, acerca do método SBQC, foi elaborado *checklist*, baseado em modelos de auditorias de recursos externos anteriores, a fim de estruturar as verificações a serem então realizadas no processo de licitação e contratação supracitado.

54. Dessa forma, entre as normas da GN-2350-9 avaliadas, foram identificadas impropriedades seguintes.

¹⁵ E-DOC 00AF9A5D-e.

¹⁶ Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/pnafm/pnafm-iii/normas-e-orientacoes/pmimfgn23509bid.pdf/view>



Tabela 4 – Normas não observadas no método SBQC do Contrato nº 39415/2019

Cláusula da GN 2350-9	Texto da cláusula	Situação encontrada
2.5 GN 2350-9	<p>Publicidade</p> <p>2.5 [...]. Adicionalmente, os contratos com custo estimado em mais de US\$ 200.000 deverão ser publicados no UNDB online e no site do Banco. Os Mutuários poderão, também, divulgar tais solicitações de manifestação de interesse em jornal internacional ou revista técnica. As informações solicitadas deverão limitar-se ao mínimo necessário a fim de garantir a determinação de adequação da empresa com respeito ao objeto, não devendo ser solicitadas informações complexas a ponto de desestimular consultores a manifestar interesse. No mínimo 14 dias, contados da data de publicação no UNDB online, deverão ser dados para a elaboração das respostas, antes da preparação da lista curta.</p>	<p>Não foi comprovada a publicação do contrato (ou extrato desse) no UNDB online e no site do banco, apesar de que o extrato do contrato foi publicado no Diário Oficial do DF – DODF em 04.10.2019.</p> <p>Indagada a respeito (por meio da NA 15),¹⁷ a SDE/DF afirmou que “por se tratar de uma contratação em âmbito Nacional e não internacional, o entendimento desta pasta foi da não obrigatoriedade da publicação no United Nations Development Business”.¹⁸</p>
2.20 GN 2350-9	<p>Avaliação do Custo</p> <p>2.20 [...] Quando da abertura das propostas, serão lidos em voz alta e registrados (e publicados online se as propostas forem enviadas eletronicamente) o nome do consultor, a nota técnica e os preços propostos, e uma cópia desse registro será imediatamente enviada ao Banco. O Mutuário deve também lavrar uma ata dessa sessão pública, cuja cópia será enviada prontamente ao Banco e a todos os consultores que tenham apresentado propostas.</p>	<p>O envio da documentação mencionada ao BID não restou comprovada no Processo SEI nº 0370-000465/2016.</p> <p>Indagada (por meio da NA 15)¹⁹ a respeito, a SDE/DF foi silente sobre a questão.²⁰</p>
2.28 GN 2350-9	<p>Publicação da Adjudicação do Contrato</p> <p>Após a adjudicação do contrato, o Mutuário deverá publicar no UNDB online, no site do Banco e, se for o caso, no site oficial do país do Mutuário a seguinte informação: (a) os nomes de todos os consultores que apresentaram propostas; (b) as notas técnicas atribuídas a cada consultor; (c) os preços avaliados de cada consultor; (d) a classificação final dos consultores; e (e) o nome do consultor vencedor, preço, prazo e resumo do objeto do contrato. A mesma informação deverá ser enviada a todos os consultores que apresentaram propostas.</p>	<p>Não foi comprovada a publicação do contrato (ou extrato desse) no UNDB online e no site do banco, apesar de que a adjudicação e homologação foram publicadas no Diário Oficial do DF – DODF em 16.07.2019.</p> <p>Indagada a respeito (por meio da NA 15)²¹ a respeito, a SDE/DF afirmou que “por se tratar de uma contratação em âmbito Nacional e não internacional, o entendimento desta pasta foi da não obrigatoriedade da publicação no United Nations Development Business”.²²</p>

Fonte: PT 14 (e-DOC 02BC1A8B-e), Processo SEI nº 0370-000465/2016, NA 15 (e-DOC CB8E68BF) e resposta correspondente (e-DOC 5F274394).

¹⁷ E-DOC CB8E68BF.

¹⁸ E-DOC 5F274394.

¹⁹ E-DOC CB8E68BF.

²⁰ E-DOC 5F274394.

²¹ E-DOC CB8E68BF.

²² E-DOC 5F274394.



55. Depreende-se da Tabela acima que as falhas detectadas se relacionam à publicidade de procedimentos de seleção junto ao BID.

56. Todavia, considerando que houve publicação no instrumento oficial do Distrito Federal (Diário Oficial), reconhecemos que as impropriedades detectadas são eminentemente formais, não tendo o condão de macular a lisura do certame e/ou da contratação. Não obstante devem, doravante, ser saneadas.

2.3.3. Causa

57. Aplicação de entendimento errôneo acerca da GN-2350-9, no que tange às cláusulas aplicáveis ao método SBQC.

2.3.4. Efeito

58. Assimetria de informações entre o BID e o mutuário. Dificuldades para que o BID acompanhe concomitantemente a aplicação dos recursos, caso entenda necessário.

2.3.5. Considerações da SDE/DF

59. A SDE/DF arguiu que foram constatadas impropriedades de cunho eminentemente formal, e registrou que as devidas orientações foram anotadas a fim de que, doravante, sejam observados estritamente os ditames da GN-2350-9 e demais normas correlatas quando da seleção e contratação de serviços de consultoria que integram o Plano de Aquisições aprovado pelo BID.

2.3.6. Posicionamento da Equipe

60. A SDE/DF reconheceu as falhas detectadas e se comprometeu a sanear-las. Assim, diante do exposto, remanescem as evidências noticiadas neste achado, bem como as propostas apresentadas tendentes a sanear as falhas encontradas.

2.3.7. Recomendação

61. Recomendamos à UGP/Procidades/DF que, doravante, observe estritamente a GN-2350-9 e demais normas correlatas à seleção e contratação.

2.4. Achado nº 04: Incompatibilidades nas medições dos quantitativos de serviços dos grupos de insumos asfálticos e transporte

2.4.1. Critério

62. O artigo 6.02 das Normas Gerais do Contrato nº 2957/OC-BR estabelece que o Mutuário se compromete a realizar a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, assim como aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

63. No Plano de Aquisições, o objeto do Contrato tratado neste achado tem o seu método de seleção como sendo Licitação Pública Nacional – LPN, logo, tanto a seleção quanto a execução dos trabalhos devem observar a legislação correlata nacional sobre a temática, em especial o edital da seleção e seus projetos básico e executivo; os termos contratuais; a Lei n.º 8.666/1993; entre outras leis e normas aplicáveis à espécie.



64. Bem assim, vale dizer que o Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa firmado entre o TCDF e a SDE/DF dispõe, na cláusula 5.3, que:

5.3 Para fins de evidenciar o cumprimento das condições acordadas no Contrato de Empréstimo do Programa, os auditores deverão realizar provas para confirmar que:

(a) Os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais o financiamento foi concedido;

(b) Os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais os recursos foram concedidos;

(c) Os bens, obras e serviços financiados foram adquiridos em conformidade com o contrato de empréstimo, incluindo disposições específicas das Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID. Os auditores deverão realizar as inspeções físicas necessárias, com base em suas considerações de riscos.

(d) Os documentos de apoio necessários, registros e contas foram mantidos relativamente a todas as atividades do programa. Os auditores deverão certificar-se de que todos os relatórios pertinentes emitidos durante o período estão em conformidade com os registros contábeis subjacentes.

2.4.2. Condição Encontrada

65. Foram detectadas pela DIFO/SESPE/TCDF²³, em sede de Relatório Prévio de Auditoria, o qual ainda carece de deliberação Plenária (Processo TCDF nº 1079/2020), incompatibilidades relativas à medição dos serviços de fornecimento de insumo asfálticos e transporte referentes ao Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF.²⁴

66. As incompatibilidades referem-se à utilização de critérios e parâmetros de medição diversos daqueles definidos em normas correlatas à matéria, no projeto básico.

67. Segundo o referido relatório, tais incompatibilidades levaram ao superfaturamento na execução do contrato supracitado até a 12ª Medição, por medição a maior de quantidades de serviços nos valores de:

- R\$ 225.058,70 para fornecimento de insumos asfálticos, e potencial de mais R\$ 989.206,13; e
- R\$ 55.889,20 para serviços de transporte, e potencial de mais R\$ 15.046,97.

68. Dessa forma, estima-se que o superfaturamento montou a R\$ 280.947,90, com potencial de mais R\$ 1.004.253,10 (valores sem BDI²⁵).

²³ Divisão de Fiscalização de Obras e de Serviços de Engenharia da Secretaria de Fiscalização Especializada do Tribunal de Contas do DF.

²⁴ Relatório Prévio de Auditoria da DIFO/SESPE, §§ 37 a 72.

²⁵ Benefícios e Despesas Indiretas.



2.4.3. Causa

69. Falhas da fiscalização contratual e controles correlatos na realização das medições.

2.4.4. Efeito

70. Possível ocorrência de superfaturamento do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF.

2.4.5. Considerações da SDE/DF

71. A SDE/DF esclareceu que os achados nºs 04 a 07 deste Relatório referem-se ao Contrato nº 38.218/2018 e correspondem aos achados nºs 01 a 04 do Relatório Prévio de Auditoria da Divisão de Fiscalização de Obras e de Serviços de Engenharia – DIFO desta Corte de Contas, o qual está sendo debatido no bojo do Processo nº 1079/2020.

72. Na sequência, a SDE/DF arguiu que o Relatório supra foi-lhe submetido para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 (trinta) dias, e que o mérito ainda pende de apreciação e deliberação por parte do Plenário do TCDF.

73. Informou que não apenas a equipe técnica responsável da SDE/DF, como o fiscal encarregado da obra, a empresa contratada para fiscalizá-la e a Comissão executora do referido ajuste contratual estão atualmente levantando as informações pertinentes para se posicionar quanto à pertinência do que foi constatado no Relatório da DIFO (Processo nº 1079/2020).

74. Dessa forma, requereu que as Demonstrações Financeiras Auditadas do Procidades/DF referentes ao exercício de 2019 sejam enviadas ao BID somente após a deliberação do Processo nº 1079/2020 pelo Plenário do TCDF, quando esgotadas as etapas de avaliação e apreciação dos argumentos apresentados pela SDE/DF acerca dos achados relativos ao Contrato nº 38.218/2018-Sedict/DF, uma vez que as constatações podem resultar em ressalvas nas contas do Procidades/DF.

2.4.6. Posicionamento da Equipe

75. Não obstante a solicitação da SDE/DF e ainda que o Processo nº 1079/2020 não tenha sido apreciado quanto ao mérito pelo Plenário desta Corte, tem-se que seus achados, incorporados a este relatório, constituem incertezas quanto à execução do Procidades/DF em 2019, na medida em que relatam superfaturamentos apurados e potenciais. Dessa forma, as falhas apontadas pela área técnica do Tribunal deveriam ter sido incorporadas às notas explicativas das demonstrações financeiras do Procidades/DF relativas a 2019, o que não ocorreu, de forma a fornecer as informações necessárias para esclarecimento da real situação da execução do Programa, até o deslinde da fiscalização no âmbito do Tribunal.

76. Assim, considerando o objeto deste Relatório sobre Sistema de Controle Interno, tem-se que as considerações apresentadas não foram suficientes para alterar as evidências noticiadas neste achado nem as propostas apresentadas tendentes a sanear as falhas encontradas.



2.4.7. Recomendação

77. Recomendamos à UGP/Procidades/DF que:

- I. doravante, adote medidas para aperfeiçoamento dos controles e da supervisão da obra objeto do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF, objetivando o cumprimento das normas técnicas indicadas na legislação de regência, no projeto e/ou no edital;
- II. revise as medições do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF, promovendo, se for o caso, os ajustes necessários.

2.5. Achado nº 05: Fragilidades no processamento das medições

2.5.1. Critério

78. O artigo 6.02 das Normas Gerais do Contrato nº 2957/OC-BR estabelece que o Mutuário se compromete a realizar a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, assim como aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

79. No Plano de Aquisições, o objeto do Contrato tratado neste achado tem o seu método de seleção como sendo Licitação Pública Nacional – LPN, logo, tanto a seleção quanto a execução dos trabalhos devem observar a legislação correlata nacional sobre a temática, em especial o edital da seleção e seus projetos básico e executivo; os termos contratuais; a Lei n.º 8.666/1993; entre outras leis e normas aplicáveis à espécie.

80. Bem assim, vale dizer que o Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa firmado entre o TCDF e a SDE/DF dispõe, na cláusula 5.3, que:

5.3 Para fins de evidenciar o cumprimento das condições acordadas no Contrato de Empréstimo do Programa, os auditores deverão realizar provas para confirmar que:

(a) Os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais o financiamento foi concedido;

(b) Os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais os recursos foram concedidos;

(c) Os bens, obras e serviços financiados foram adquiridos em conformidade com o contrato de empréstimo, incluindo disposições específicas das Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID. Os auditores deverão realizar as inspeções físicas necessárias, com base em suas considerações de riscos.

(d) Os documentos de apoio necessários, registros e contas foram mantidos relativamente a todas as atividades do programa. Os auditores deverão certificar-se de que todos os relatórios pertinentes emitidos durante o período estão em conformidade com os registros contábeis subjacentes.



2.5.2. Condição Encontrada

81. Foram detectadas pela DIFO/SESPE/TCDF, em sede de Relatório Prévio de Auditoria, o qual ainda carece de deliberação Plenária (Processo TCDF nº 1079/2020), fragilidades no processamento das medições relativas ao Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF.²⁶ Foram realizadas checagens que consistiram no cotejo/conciliação das quantidades de serviços de pavimentação de vias e estacionamentos indicadas nas planilhas de medição, em relação aos valores presentes referentes à liquidação e ao pagamento das medições constantes em processo administrativo correspondente no sistema SEI.

83. Dessa forma, foram constatadas incongruências que resultaram no pagamento de valores a maior em relação às memórias de cálculo comprobatórias dos quantitativos executados, as quais acarretaram o superfaturamento no total de R\$ 61.536,55 (BDI a ser incluído) até a 12ª Medição.

2.5.3. Causa

84. Falhas da fiscalização contratual no tocante a registros e cálculos das medições. Falhas nos controles correlatos à conciliação entre os dados das planilhas de medição e os cálculos das medições em planilha antes da efetiva liquidação e pagamento.

2.5.4. Efeito

85. Possível ocorrência de superfaturamento do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF.

2.5.5. Considerações da SDE/DF

86. As considerações da SDE/DF a este achado são idênticas às do achado nº 04.

2.5.6. Posicionamento da Equipe

87. O posicionamento da equipe quanto às considerações da SDE/DF em relação a este achado é idêntico ao do achado nº 04.

2.5.7. Recomendação

88. Recomendamos à UGP/Procidades/DF que, doravante:

- I. adote medidas para aperfeiçoamento dos controles revisionais e correcionais de todas as medições e pagamentos, sobretudo dos controles dos registros de dados, memórias de cálculo e documentos de medição que dão suporte à liquidação e ao pagamento dos serviços no Sistema SEI, objetivando compatibilizar os valores dos boletins/planilhas de medição com os valores do sistema SEI relativos aos trechos de cada medição;
- II. revise as medições do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF, promovendo, se for o caso, os ajustes necessários.

²⁶ Relatório Prévio de Auditoria da DIFO/SESPE, §§ 73 a 84.

2.6. Achado nº 06: Medições dos serviços das camadas de pavimentação com controle tecnológico inadequado ou inexistente

2.6.1. Critério

89. O artigo 6.02 das Normas Gerais do Contrato nº 2957/OC-BR estabelece que o Mutuário se compromete a realizar a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, assim como aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

90. No Plano de Aquisições, o objeto do Contrato tratado neste achado tem o seu método de seleção como sendo Licitação Pública Nacional – LPN, logo, tanto a seleção quanto a execução dos trabalhos devem observar a legislação correlata nacional sobre a temática, em especial o edital da seleção e seus projetos básico e executivo; os termos contratuais; a Lei n.º 8.666/1993; entre outras leis e normas aplicáveis à espécie.

91. Bem assim, vale dizer que o Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa firmado entre o TCDF e a SDE/DF dispõe, na cláusula 5.3, que:

5.3 Para fins de evidenciar o cumprimento das condições acordadas no Contrato de Empréstimo do Programa, os auditores deverão realizar provas para confirmar que:

(a) Os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais o financiamento foi concedido;

(b) Os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais os recursos foram concedidos;

(c) Os bens, obras e serviços financiados foram adquiridos em conformidade com o contrato de empréstimo, incluindo disposições específicas das Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID. Os auditores deverão realizar as inspeções físicas necessárias, com base em suas considerações de riscos.

(d) Os documentos de apoio necessários, registros e contas foram mantidos relativamente a todas as atividades do programa. Os auditores deverão certificar-se de que todos os relatórios pertinentes emitidos durante o período estão em conformidade com os registros contábeis subjacentes.

2.6.2. Condição Encontrada

92. Foram detectadas pela DIFO/SESPE/TCDF, em sede Relatório Prévio de Auditoria (Processo TCDF nº 1079/2020), o qual ainda carece de deliberação Plenária, medições dos serviços das camadas de pavimentação com controle tecnológico inadequado ou inexistente relativas ao Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF.²⁷

93. Foram verificados os controles de qualidade previstos para as medições dos serviços realizados, especialmente no tocante aos controles

²⁷ Relatório Prévio de Auditoria da DIFO/SESPE, §§ 85 a 125.



tecnológicos indicados nas especificações técnicas referenciadas no projeto e/ou no edital para nortear a boa execução dos serviços.

94. Foram considerados inadequados e/ou sem comprovação de registro os seguintes parâmetros que influenciam na avaliação da qualidade das camadas de pavimentação:

- a) planos de amostragem;
- b) confiabilidade dos controles tecnológicos apresentados; e
- c) controle previstos para os insumos e misturas constituintes de cada camada e verificações previstas para qualidade do produto final.

95. Segundo o relatório, não houve qualquer registro do Plano de Amostragem aprovado pela fiscalização, demonstrando, portanto, a aleatoriedade no processo de coleta das amostras, evidenciando a ausência de tratamentos dos riscos assumidos, quais sejam: risco do executante ter rejeitado um serviço de boa qualidade, risco da fiscalização ter aceitado um serviço de má qualidade, nível de qualidade aceitável ou percentagem máxima de defeitos que caracterizam um serviço de boa qualidade e nível de qualidade inaceitável ou percentagem mínima de defeitos que caracterizam um serviço de má qualidade.

96. Quanto à confiabilidade dos controles apresentados, verificou-se que 9,38% dos controles atendem às normas previstas, 10,94% atendem parcialmente e 79,69% não atendem.

97. Dessa forma, constatou-se que parte dos serviços relativos ao Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF foram executados, medidos e pagos sem o adequado controle de qualidade.

2.6.3. Causa

98. Falhas da fiscalização contratual no tocante à realização dos controles tecnológicos dos serviços de pavimentação. Falhas nos controles e na supervisão dos trabalhos de fiscalização correlatos à conciliação entre os dados das planilhas de medição e os cálculos das medições em planilha antes da efetiva liquidação e pagamento.

99. Transferência ao consórcio contratado da responsabilidade por realizar o controle tecnológico dos serviços executados, sem adoção de procedimentos de checagem efetiva ou cobrança de completude por parte da Administração Pública. Baixa confiabilidade dos controles de qualidade.

2.6.4. Efeito

100. Risco de serviços recebidos com qualidade inferior à requerida no edital de contratação e correspondente projeto. Aumento da probabilidade de ocorrência de patologias e/ou degradação precoce dos pavimentos devido à ausência de controle de qualidade adequado na execução. Ausência de garantia de que os pavimentos de vias e estacionamentos apresentarão o desempenho e a vida útil previstos em projeto.

2.6.5. Considerações da SDE/DF

101. As considerações da SDE/DF a este achado são idênticas às do achado nº 04.



2.6.6. Posicionamento da Equipe

102. O posicionamento da equipe quanto às considerações da SDE/DF em relação a este achado é idêntico ao do achado nº 04.

2.6.7. Recomendação

103. Recomendamos à UGP/Procidades/DF que, doravante:

- I. adote providências para a avaliação da qualidade dos trechos de vias recebidos e pagos desacompanhados dos controles de qualidade/tecnológicos requeridos nas especificações técnicas indicadas no projeto, e, caso necessário, promovam a correção ou recuperação com ônus por parte do Consórcio contratado;
- II. doravante, promova a execução dos ensaios de controle de qualidade/controle tecnológico previstos nas normas e especificações técnicas indicadas no edital e no projeto de pavimentação, com base em Plano de Amostragem aprovado pela fiscalização e elaborado com base nas normas técnicas aplicáveis, previamente à aceitação dos serviços e à medição/atesto das faturas para liquidação e pagamento.

2.7. Achado nº 07: Descumprimento do prazo de execução contratual

2.7.1. Critério

104. O artigo 6.02 das Normas Gerais do Contrato nº 2957/OC-BR estabelece que o Mutuário se compromete a realizar a contratação de obras e serviços diferentes de consultoria, assim como aquisição de bens, de acordo com o estipulado nas Políticas de Aquisições e no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco.

105. No Plano de Aquisições, o objeto do Contrato tratado neste achado tem o seu método de seleção como sendo Licitação Pública Nacional – LPN, logo, tanto a seleção quanto a execução dos trabalhos devem observar a legislação correlata nacional sobre a temática, em especial o edital da seleção e seus projetos básico e executivo; os termos contratuais; a Lei n.º 8.666/1993; entre outras leis e normas aplicáveis à espécie.

106. Bem assim, vale dizer que o Termo de Referência de Serviços de Auditoria Externa firmado entre o TCDF e a SDE/DF dispõe, na cláusula 5.3, que:

5.3 Para fins de evidenciar o cumprimento das condições acordadas no Contrato de Empréstimo do Programa, os auditores deverão realizar provas para confirmar que:

(a) Os recursos externos foram usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais o financiamento foi concedido;

(b) Os recursos de contrapartida foram fornecidos e usados em conformidade com as condições estabelecidas no contrato de empréstimo, com a devida atenção à economia e eficiência, e somente para os fins para os quais os recursos foram concedidos;



(c) Os bens, obras e serviços financiados foram adquiridos em conformidade com o contato de empréstimo, incluindo disposições específicas das Políticas e Procedimentos de Aquisições do BID. Os auditores deverão realizar as inspeções físicas necessárias, com base em suas considerações de riscos.

(d) Os documentos de apoio necessários, registros e contas foram mantidos relativamente a todas as atividades do programa. Os auditores deverão certificar-se de que todos os relatórios pertinentes emitidos durante o período estão em conformidade com os registros contábeis subjacentes.

2.7.2. Condição Encontrada

107. Foi detectado pela DIFO/SESPE/TCDF, em sede Relatório Prévio de Auditoria (Processo 1079/2020), o qual ainda carece de deliberação Plenária, que o Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF teve seu prazo de conclusão descumprido.²⁸

108. A obra foi originalmente prevista para ser executada em 270 (duzentos e setenta) dias corridos contados a partir de 13.12.2018, prazo que findaria em 10.09.2019, e sofreu aditamento para acréscimo de prazo de 150 (cento e cinquenta) dias, passando para 420 (quatrocentos e vinte) dias corridos com previsão de término em 07.02.2020, o que não se verificou.

109. Na análise da execução da obra até a 12ª Medição, constatou-se que o Consórcio contratado não entregou o cronograma físico-financeiro para aprovação pela fiscalização após o início do contrato, tampouco cronograma executivo/sequência executiva da obra (plano de ataque), fato registrado nos relatórios mensais, o que representa descumprimento da cláusula 27.1 do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF.

110. Após o aditamento que elevou o prazo de execução de 270 (duzentos e setenta) para 420 (quatrocentos e vinte) dias, a obra continuou atrasada, sendo que, na 12ª Medição, foi alcançado 85% do novo prazo, mas somente 44% da execução físico-financeira tinha sido realizada. Dessa forma, atingiu-se o prazo de execução total em 07.02.2020 sem que a obra tivesse sido concluída.

2.7.3. Causa

111. Falhas da fiscalização contratual. Não entrega, pelo Consórcio contratado, de cronograma físico-financeiro atualizado mensalmente, de cronograma executivo ou plano de ataque com a sequência atualizado mensalmente, de cronograma executivo ou plano de ataque com a sequência. Falhas da fiscalização contratual.

2.7.4. Efeito

112. Não entrega da obra completa no prazo previsto. Possibilidade de perda de serviços executados. Possível aumento do preço da obra.

2.7.5. Considerações da SDE/DF

113. As considerações da SDE/DF a este achado são idênticas às do achado nº 04.

²⁸ Relatório Prévio de Auditoria da DIFO/SESPE, §§ 126 a 144.



2.7.6. Posicionamento da Equipe

114. O posicionamento da equipe quanto às considerações da SDE/DF em relação a este achado é idêntico ao do achado nº 04.

2.7.7. Recomendação

115. Recomendamos à UGP/Procidades/DF que adote providências junto ao consórcio contratado com vistas à conclusão do objeto contratado na maior brevidade possível, sobretudo exigindo a entrega do cronograma físico-financeiro e cronograma executivo do contrato/plano de ataque da obra atualizados.

3. Conclusão

116. Ante os achados constatados, sugerimos, em resumo, o seguinte:

I. Recomendamos à UGP/Procidades/DF que:

- a) passe a observar, para as obras reconhecidas como contrapartida local, a Cláusula 4.02 e o item VI do Anexo A do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR, e elaborem o plano anual de manutenção para as obras e equipamentos compreendidos no Procidades/DF;
- b) doravante, reconheça os rendimentos de aplicações financeiras com base no regime de caixa, ou seja, quando do efetivo resgate da aplicação financeira e ingresso do recurso na Conta Especial do Programa;
- c) adote rotinas de controle que possibilitem revisão dos registros e conciliação com saldos contábeis;
- d) doravante, observe estritamente a GN-2350-9 e demais normas correlatas à seleção e contratação;
- e) doravante, adote medidas para aperfeiçoamento dos controles e da supervisão da obra objeto do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF, objetivando o cumprimento das normas técnicas indicadas na legislação de regência, no projeto e/ou no edital;
- f) revise as medições do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF, promovendo, se for o caso, os ajustes necessários;
- g) doravante, adote medidas para aperfeiçoamento dos controles revisionais e correcionais de todas as medições e pagamentos, sobretudo dos controles dos registros de dados, memórias de cálculo e documentos de medição que dão suporte à liquidação e ao pagamento dos serviços no Sistema SEI, objetivando compatibilizar os valores dos boletins/planilhas de medição com os valores do sistema SEI relativos aos trechos de cada medição;
- h) adote providências para a avaliação da qualidade dos trechos de vias recebidos e pagos desacompanhados dos



controles de qualidade/tecnológicos requeridos nas especificações técnicas indicadas no projeto, e, caso necessário, promovam a correção ou recuperação com ônus por parte do Consórcio contratado;

- i) doravante, promova a execução dos ensaios de controle de qualidade/controle tecnológico previstos nas normas e especificações técnicas indicadas no edital e no projeto de pavimentação, com base em Plano de Amostragem aprovado pela fiscalização e elaborado com base nas normas técnicas aplicáveis, previamente à aceitação dos serviços e à medição/atesto das faturas para liquidação e pagamento;
- j) adote providências junto ao consórcio contratado com vistas à conclusão do objeto contratado na maior brevidade possível, sobretudo exigindo a entrega do cronograma físico-financeiro e cronograma executivo do contrato/plano de ataque da obra atualizados.

II. Recomendamos à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal que:

- a) monitore sistematicamente os riscos ao não atingimento dos objetivos do Procidades/DF;
- b) promova capacitação do corpo técnico atinente às políticas BID.

Brasília, 28 de maio de 2020.

Indio Artiaga do Brasil Rabelo
ACE/TCDF Mat. 1424-6

Pâmmera Saraiva Barreto de Oliveira
ACE Mat. 1518-1

Gabriel de Oliveira Reges
ACE/TCDF Mat. 1594-5



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

NOTAS SOBRE PROCEDIMENTOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras Básicas do **Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF**, foram elaboradas sobre a base contábil de fundos (regime de caixa), conforme a orientação contida no Anexo Nº 1 das Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa de Operações Financiadas pelo BID, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representarem aplicações de fundos, conforme revela o item 2 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2019. Essa prática contábil difere dos princípios de contabilidade geralmente aceitos, segundo os quais as transações devem ser registradas na medida em que ocorrerem, e não quando do seu pagamento.

Para revisar as Demonstrações de Fluxos Contábeis e Demonstração de Investimentos Acumulados foi realizada revisão de cálculo dos valores apresentados pela Secretaria, utilizando fontes diversas de informação, tais como SIGGo, extratos bancários e contrato de câmbio. Para esses últimos foram realizadas conferências documentais e revisões de cálculo.

Destaque-se ainda que durante a execução da auditoria, a equipe solicitou esclarecimentos sobre divergência entre conciliações de saldos bancários, o que motivou inclusão de um parágrafo no item 6 das Notas Explicativas, rerepresentadas pelo Ofício nº 9/2020 - SDE/GAB/SAADE/COPA²⁹, de 26.03.2020. Assim, explica-se o motivo de as Demonstrações Financeiras do Procidades/DF referentes ao exercício de 2019 estarem apresentadas com duas Notas Explicativas, sendo que a diferença reside em inclusão de um parágrafo no item “6. Conciliação dos Saldos Bancários em 31/12/2019 (Moeda Local)”, conforme explicitado.

As aquisições de bens, contratações de serviços de consultoria, e a contratação de obras e serviços de engenharia foram avaliadas por amostragem (não estatística) por áreas técnicas competentes do Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, constituindo uma asseguração limitada, da seguinte forma:

- Diaprex/Semag³⁰: análise, por meio do Processo nº 25044/2019, da Seleção Baseada em Qualidade e Custo – SBQC que levou ao Contrato nº 39415/2019-SDE/DF, o qual teve como objeto serviços de consultoria para elaboração do Programa de Gestão de Resíduos Sólidos nas Áreas de Desenvolvimento Econômico do Procidades/DF. Os resultados dessa análise estão consolidados no PT 14 e trazem apenas impropriedades formais, as quais foram mencionadas no Relatório Complementar dos auditores independentes sobre o sistema de controle interno associado à auditoria das demonstrações financeiras;

²⁹ E-DOC E60E15DD-e.

³⁰ Divisão de Auditoria de Programas e Recursos Externos - DIAPREX, vinculada à Secretaria de Macroavaliação de Gestão Pública.



- DIFTI/Sespe³¹: análise, por meio do Processo TCDF nº 3136/2020, das adesões à Ata de Registro de Preços que levaram aos Contratos nºs 39093 e 39094/2019, cujos objetos foram aquisição de bens relacionados à Tecnologia da Informação.³² Os resultados dessa análise estão consolidados na Nota Técnica nº 17/2020 – DIFTI/SESPE (em anexo) e constata a regularidade do escopo analisado. Vale dizer que a referida nota técnica ainda pende de deliberação do Plenário do TCDF;
- DIFO/Sespe³³: análise da regularidade dos serviços do Contrato nº 38218/2018-Sedict/DF, que teve como objeto execução de Obras de complementação da urbanização e mobilidade urbana da ADE Setor de Materiais de Construção da Ceilândia e Obras de pavimentação asfáltica, rede de drenagem de águas pluviais, complementação da urbanização e mobilidade urbana da ADE Setor de Indústria da Ceilândia (item 1.1 do Plano de Aquisições). Os resultados dessa análise constam do Relatório Prévio de Auditoria do DIFO/SESPE (Processo TCDF nº 1079/2020) e trazem irregularidades que se dividem em 04 (quatro) achados de auditoria, quais sejam: 1) Incompatibilidade nas medições dos quantitativos de serviços dos grupos de insumos asfálticos e transporte; 2) Fragilidades no processamento das medições; 3) Medições dos serviços das camadas de pavimentação com controle tecnológico inadequado ou inexistente; e 4) Descumprimento do prazo de execução contratual. Vale dizer que o referido relatório prévio de auditoria ainda pende de deliberação do Plenário do TCDF. No entanto, os achados mencionados constam no Relatório Complementar dos auditores independentes sobre o sistema de controle interno associado à auditoria das demonstrações financeiras.

Quanto à avaliação de manutenção e conservação dos bens adquiridos pelo Programa, foram amostrados 72,23% do valor gasto com aquisição de bens, que foram visitados *in loco*.³⁴

Quanto à avaliação de pagamentos referentes às aquisições do Procidades/DF, em nossos exames, foi utilizada a técnica de amostragem conhecida como Amostragem de Probabilidade Proporcional ao Tamanho – PPT, também denominada de Amostragem por Unidades Monetárias – AUM, constituindo uma asseguarção razoável. O percentual estabelecido como risco de aceitação incorreta foi de 20% (ou 80% de confiança), e o erro aceitável/tolerável foi estipulado em 5% do total de recursos desembolsados no exercício de 2019, incluindo recursos BID e contrapartida.

Foram utilizadas como unidade amostral as notas fiscais relativas às despesas incorridas pelo Procidades/DF no exercício financeiro de 2019. Os pagamentos correspondentes foram agrupados por nota fiscal a partir da prestação de contas das solicitações de desembolso e das despesas pendentes de justificativas apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

³¹ Divisão de Fiscalização de Tecnologia da Informação – DIFTI, vinculada à Secretaria de Fiscalização Especializada.

³² Respectivamente, estações de trabalho padrão tipo “B” (desktops) – 230 unidades e Aquisição de estações de trabalho padrão tipo “A” (desktops) – 20 unidades e monitores de vídeo 23” – 250 unidades.

³³ Divisão de Fiscalização de Obras e de Serviços de Engenharia – DIFO, vinculada à Secretaria de Fiscalização Especializada.

³⁴ Conforme PT 03 e PT 09 (e-doc CDD63F26-e), ambos associados ao sistema e-TCDF.



O montante desembolsado no exercício de 2019 foi de R\$ 42.392.568,71 (equivalentes a US\$ 10.518.986,80), referente às Solicitações de Desembolso 19 a 25 juntamente com o valor então pendente de justificativa.

Por meio da metodologia adotada foram amostradas um total de 38 notas fiscais, cuja soma de valores representou R\$ 24.508.728,28 (equivalentes a US\$ 6.081.419,39). Aproximadamente 57,81% do total desembolsado no exercício de 2019, conforme ilustrado no Quadro Resumo de Revisão das Solicitações de Desembolso e no Quadro de Detalhamento das Despesas Revisadas.

Para revisão das despesas foram verificados os seguintes aspectos:

- correspondência entre o número e valor das notas fiscais amostradas e as constantes dos processos de pagamentos;
- formalização dos executores que atestaram os recebimentos dos contratos antes do atesto ou atestado de recebimento;
- recebimento dos objetos contratuais por meio de atesto ou atestado de recebimento com nome, data, nota fiscal e assinatura;
- autorização de pagamento constando nota fiscal, valor e assinatura do ordenador de despesa;
- ordem bancária com correspondência de número, valor e fonte de pagamento; e
- data de pagamento dentro do prazo contratual

Ao final, foram calculadas a incorreção mais provável, o ajuste incremental por erro de amostragem e o limite superior de incorreções para se concluir sobre o valor financeiro da população. O limite superior de incorreções é comparado com o erro aceitável/tolerável definido no início do procedimento de amostragem. Durante os exames, não nos foi imposta qualquer restrição quanto ao método ou à extensão de nossos trabalhos, tendo sido facilitado nosso acesso a registros e documentos, bem como prestadas todas as informações e explicações solicitadas.

Brasília, 28 de maio de 2020.

Indio Artiaga do Brasil Rabelo
ACE/TCDF Mat. 1424-6

Pâmmera Saraiva Barreto de Oliveira
ACE Mat. 1518-1

Gabriel de Oliveira Reges
ACE/TCDF Mat. 1594-5

**Quadro Resumo de Revisão das Solicitações de Desembolso nº 19, 21 a 25
(Exercício de 2019)**

R\$

Categoria	Valor total executado				Despesas aprovadas				Despesas pendentes de justificativa			
	BID	Local	Amostra	%	BID	Local	Amostra	%	BID	Local	Amostra	%
1.1	2.243.055,95	-	-	0,00	1.769.685,95	-	-	0,00	473.370,00	-	-	0,00
1.2	389.940,00	-	-	0,00	389.940,00	-	-	0,00	-	-	-	-
1.4	36.342.138,79	-	24.298.198,56	0,67	26.535.650,09	-	17.324.945,38	0,65	9.806.488,70	-	6.973.253,18	0,71
2.1	3.417.433,96	-	210.529,72	0,06	2.619.295,59	-	111.387,41	0,04	798.138,37	-	99.142,31	0,12

U\$

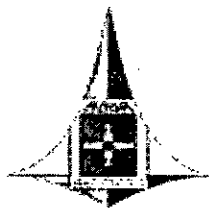
Categoria	Valor total executado				Despesas aprovadas				Despesas pendentes de justificativa			
	BID	Local	Amostra	%	BID	Local	Amostra	%	BID	Local	Amostra	%
1.1	558.668,99	-	-	0,00	440.768,62	-	-	0,00	117.900,37	-	-	0,00
1.2	99.699,91	-	-	0,00	99.699,91	-	-	0,00	-	-	-	-
1.4	9.131.127,68	-	6.094.402,69	0,67	6.688.664,71	-	4.357.602,40	0,65	2.442.462,97	-	1.736.800,29	0,71
2.1	860.310,83	-	52.435,80	0,06	661.521,69	-	27.742,82	0,04	198.789,14	-	24.692,98	0,12

**Quadro de Detalhamento das Despesas Revisadas
(Exercício de 2019)**

Quadro de detalhamento das despesas revisadas									
SD	Contrato	Categoria	Nota Fiscal	Data do pagamento	Valor pago em R\$	Câmbio	Valor pago em U\$	BID (U\$)	Local (U\$)
19	38218/2018	1.4	320	05/04/2019	568.273,24	3,8500	147.603,44	147.603,44	-
19	38218/2018	1.4	537	05/04/2019	585.493,65	3,8500	152.076,27	152.076,27	-
19	38218/2018	1.4	554	22/04/2019	287.633,00	3,8500	74.709,87	74.709,87	-
19	38218/2018	1.4	248	05/04/2019	568.273,24	3,8500	147.603,44	147.603,44	-
19	37230/2018	1.4	407/2018	25/02/2019	395.263,20	3,8500	102.665,77	102.665,77	-
21	37230/2018	1.4	134	06/05/2019	395.263,20	3,8500	102.665,77	102.665,77	-
21	37230/2018	1.4	135	06/05/2019	395.263,20	3,8500	102.665,77	102.665,77	-
21	37230/2018	1.4	134	06/05/2019	395.263,20	3,8500	102.665,77	102.665,77	-
21	37230/2018	1.4	135	06/05/2019	395.263,20	3,8500	102.665,77	102.665,77	-
21	037781/2018	1.4	2101	27/06/2019	478.549,33	4,015	119.190,37	119.190,37	-
22	38218/2018	1.4	346	15/07/2019	681.188,22	4,0150	169.660,83	169.660,83	-
22	38218/2018	1.4	580	15/07/2019	701.830,30	4,0150	174.802,07	174.802,07	-
22	037781/2018	1.4	2143	02/08/2019	727.335,19	4,0150	181.154,47	181.154,47	-
22	38218/2018	1.4	6215	16/08/2019	38.573,13	4,0150	9.607,26	9.607,26	-
22	37230/2018	1.4	138844	21/08/2019	395.263,20	4,0150	98.446,63	98.446,63	-
23	037781/2018	1.4	2239	25/09/2019	1.373.064,42	4,015	341.983,67	341.983,67	-
23	037781/2018	1.4	2186	26/08/2019	1.511.410,44	4,0150	376.440,96	376.440,96	-
23	38218/2018	1.4	278	23/09/2019	1.047.562,54	4,0150	260.912,21	260.912,21	-
23	38218/2018	1.4	589	28/08/2019	735.001,33	4,0150	183.063,84	183.063,84	-
23	38218/2018	1.4	349	28/08/2019	713.383,65	4,0150	177.679,61	177.679,61	-
23	38218/2018	1.4	364	23/09/2019	20.951,25	4,0150	5.218,24	5.218,24	-
23	38218/2018	1.4	616	23/09/2019	1.079.306,86	4,0150	268.818,65	268.818,65	-
23	38218/2018	1.4	364	24/09/2019	1.026.611,29	4,0150	255.693,97	255.693,97	-
23	37381/2018	1.4	21335	12/09/2019	146.881,09	4,0150	36.583,09	36.583,09	-
24	037781/2018	1.4	2252	29/10/2019	1.942.723,17	4,0150	483.866,29	483.866,29	-
24	38218/2018	1.4	631	04/11/2019	719.320,84	4,0150	179.158,37	179.158,37	-
24	08/2014	2.1	2017	04/07/2019	111.387,41	4,015	27.742,82	27.742,82	-
25	037781/2018	1.4	2288	23/12/2019	2.528.525,70	4,0150	629.769,79	629.769,79	-
25	38218/2018	1.4	295	27/11/2019	722.282,29	4,0150	179.895,96	179.895,96	-
25	38218/2018	1.4	371	27/11/2019	722.282,29	4,0150	179.895,96	179.895,96	-
25	38218/2018	1.4	669	23/12/2019	782.548,70	4,0150	194.906,28	194.906,28	-
25	06/2018	1.4	FT00102928	30/12/2019	4.680,29	4,0150	1.165,70	1.165,70	-
25	38218/2018	1.4	651	27/11/2019	744.169,64	4,0150	185.347,36	185.347,36	-
25	38218/2018	1.4	298	23/12/2019	759.532,56	4,0150	189.173,74	189.173,74	-
25	38218/2018	1.4	673	26/12/2019	356.487,40	4,0150	88.788,89	88.788,89	-
25	37381/2018	1.4	21993	26/11/2019	152.191,71	4,0150	37.905,78	37.905,78	-
25	37381/2018	1.4	21993	10/12/2019	2.921,00	4,0150	727,52	727,52	-
25	37230/2018	1.4	138844	23/12/2019	197.631,60	4,0150	49.223,31	49.223,31	-
25	08/2014	2.1	2170	12/12/2019	99.142,31	4,0150	24.692,98	24.692,98	-
Total					24.508.728,28		6.146.838,49	6.146.838,49	



CARTAS DE COMPROMISSO E DE REPRESENTAÇÃO

**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL****SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO
DISTRITO FEDERAL****Subsecretaria de Apoio as Áreas de Desenvolvimento Econômico****Coordenação de Planejamento Administrativo, Financeiro e
Contábil**

Ofício SEI-GDF Nº 29/2019 - SDE/GAB/SADE/COPAF

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ref.: Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR (BR-1076) – PROCIDADES**Ass.: Documentação Solicitada na Nota de Auditoria nº 01 – Proc. 25044/2019-e**

Senhor Analista de Controle Externo do TCDF,

Em cumprimento ao solicitado na Nota de Auditoria nº 01, de 21 de novembro de 2019, estamos encaminhando a essa Equipe de Auditoria a Carta de Compromisso, que foi devidamente assinada pela Subsecretária de Apoio as Áreas de Desenvolvimento Econômico/SDE, refere o Processo de Auditoria TCDF nº 1383/19-e, que está sendo realizada no Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – PROCIDADES, objeto do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR.

Atenciosamente,

RODRIGO VILELA DE AVELAR RESENDE

Coordenador da COPAF/SADE/SDE - PROCIDADES

Ao Analista de Controle Externo

GABRIEL DE OLIVEIRA REGES

Auditor de Controle Externo do

Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF

Nesta

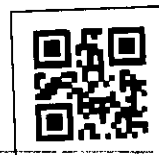
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Protocolo:

3410000000009027/2019

e-Doc: 24338B70

27/11/2019 17:17:51

www.tc.df.gov.br/consultas

Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO VILELA DE AVELAR RESENDE - Matr.0156934-1**, Coordenador(a) de Planejamento Administrativo, Financeiro e Contábil, em 27/11/2019, às 12:29, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **31957180** código CRC= **1FF8FAED**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"**SCN, Quadra 2, Bloco "C" - Bairro Setor Comercial Norte - CEP 70712-030 - DF
(61) 2141-5520**

00370-00005066/2019-14

Doc. SEI/GDF 31957180



Carta de Compromisso



CARTA DE COMPROMISSO (ISSAI 1210)

À Senhora Subsecretária de Apoio às Áreas de Desenvolvimento Econômico, responsável pelo gerenciamento do Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF,

A presente auditoria foi motivada pelo Termo de Cooperação Técnica celebrado entre o Governo do Distrito Federal, por intermédio da então Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável, e o Tribunal de Contas do Distrito Federal, com vistas à realização dos exames de auditoria requeridos para o Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal – Procidades/DF, objeto do Contrato de Empréstimo BID nº 2957/OC-BR.

Seguindo diretrizes internacionais de auditoria, em especial a ISSAI 1210 e a ISA 210, bem assim sua equivalente brasileira, a NBC TA 210 do Conselho Federal de Contabilidade, confirmamos, por meio desta carta, nossa aceitação e nosso entendimento acerca desse trabalho de auditoria, o qual abrangerá o exame das demonstrações financeiras do exercício de 2019, incluindo as respectivas notas explicativas.

Objetivos da Auditoria

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras do Procidades/DF, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião profissional independente. Cumpre frisar que segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada sempre detecte as eventuais distorções relevantes existentes.



Responsabilidade dos Auditores

A auditoria será realizada com base nos preceitos profissionais e éticos estabelecidos nas Normas Internacionais de Auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), emitidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI). Será conduzida, ainda, de acordo com o contido nos Termos de Referência de Serviços de Auditoria Externa, parte integrante do antes referido Termo de Cooperação Técnica, e em conformidade com as políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e com os requisitos do Contrato de Empréstimo.

Essas normas requerem que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis usadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras.

Devido às limitações inerentes de auditoria e de controle interno, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes possam não ser detectadas, mesmo que a auditoria seja adequadamente planejada e executada de acordo com as normas de auditoria.

Em nossa avaliação de risco, consideramos o controle interno relevante para a elaboração das demonstrações financeiras da entidade, para planejar procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da entidade. Entretanto, comunicaremos por escrito quaisquer deficiências significativas, no controle interno, que identificarmos durante os trabalhos, desde que sejam relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras.



Responsabilidades da Administração

O exame será conduzido com base no fato de que a Administração reconhece e entende que é responsável:

(a) pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis aceitas pelo BID;

(b) pelo controle interno que a Administração determinar ser necessário para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro; e

(c) por nos fornecer:

(i) acesso a todas as informações relevantes para a elaboração das demonstrações financeiras, como registros, documentação e outros assuntos;

(ii) informações adicionais que o auditor solicitar da Administração para fins da auditoria;

(iii) acesso irrestrito às pessoas dentro da entidade que o auditor determinar como necessário para obter evidência de auditoria; e

(iv) Carta de Representação, conforme modelo em português constante da NBC TA 580, que posteriormente será solicitada pela equipe de auditoria.

Como parte do processo de auditoria, solicitaremos da Administração confirmação por escrito sobre declarações relevantes feitas a nós durante o processo de auditoria.

Esperamos contar com a total cooperação da equipe de gerenciamento e apoio do Mutuário durante nossa auditoria.

**Relatório a ser emitido**

A forma e o conteúdo do relatório de auditoria seguirão o modelo apresentado na seção VI dos Termos de Referência de Serviços de Auditoria Externa, parte integrante do Termo de Cooperação Técnica referido na página 1 desta carta, em conformidade com as Normas Internacionais de Auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores emitidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores, que são convergentes com as Normas Internacionais de Auditoria, publicadas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC).

Brasília, 21 de novembro de 2019.

Gabriel de Oliveira Reges
Auditor de Controle Externo – Mat. 1594-5

Carlos Alberto Cascão Junior
Diretor Substituto – DIAPREX/SEMAG

Senhora Chefe da Unidade de Gerenciamento do Procidades/DF,

Em cumprimento à ISSAI 1210, à ISA 210, normas internacionais de auditoria, à norma brasileira NBC TA 210, e seguindo diretrizes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, no âmbito do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR, solicitamos que a presente Carta de Compromisso seja assinada e devolvida a esta Secretaria de Macroavaliação da Gestão Pública, indicando o reconhecimento e a concordância de V.Sa. com os termos da auditoria das demonstrações financeiras do Procidades/DF, relativas ao exercício de 2019, incluindo as definições das responsabilidades de ambas as partes.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

Agnaldo Moreira Marques
Secretário de Macroavaliação da Gestão Pública
Tribunal de Contas do Distrito Federal



De acordo.

Encaminhe-se ao Tribunal de Contas do Distrito Federal - TCDF, Auditor Independente do Contrato de Empréstimo nº 2957/OC-BR.

Brasília, 25 de Novembro de 2019

Maria Auxiliadora Gonçalves França
Subsecretária de Apoio às Áreas
de Desenvolvimento Econômico

Maria Auxiliadora Gonçalves França
Subsecretária SAADE/SEDES
Mat. 271.424-8



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO DISTRITO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio as Áreas de Desenvolvimento Econômico

Carta n.º 1/2020 - SDE/GAB/SAADE

Brasília-DF, 27 de maio de 2020

CARTA DE REPRESENTAÇÃO

Aos Senhores

Indio Artiaga do Brasil Rabelo

GABRIEL DE OLIVEIRA REGES

Pâmmera Saraiva Barreto de Oliveira

Auditores de Controle Externo

Tribunal de Contas do Distrito Federal

Prezados Senhores,

Esta carta de representação é fornecida em conexão com a sua auditoria das demonstrações financeiras no Procidades/DF para o exercício de 2019, com o objetivo de expressar uma opinião se as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro.

Confirmamos, com base em nosso melhor entendimento e opinião, depois de feitas as indagações que consideramos necessárias para o fim de nos informarmos apropriadamente, que:

Demonstrações Financeiras

- A UGP do Procidades/DF cumpriu suas responsabilidades, como definidas nos termos da Carta de Compromisso datada de 25.11.2019, pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro e, em particular, que as demonstrações financeiras foram apresentadas adequadamente, em seus aspectos relevantes, em conformidade com as referidas normas.
- Os pressupostos significativos utilizados pela UGP do Procidades/DF para as estimativas contábeis, inclusive àquelas avaliadas pelo valor justo, são razoáveis (ISA 540).
- Os relacionamentos e transações com partes relacionadas foram apropriadamente contabilizados e divulgados pela UGP do Procidades/DF, em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, exceto pela ressalva apontada no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas (ISA 550).
- Todos os eventos subsequentes à data das demonstrações financeiras e para os quais as Normas Internacionais de Relatório Financeiro exigem ajuste ou divulgação foram ajustados ou divulgados pela UGP do Procidades/DF (ISA 560).

• Os efeitos das distorções não corrigidas são irrelevantes, individual e agregadamente, para as demonstrações financeiras como um todo, exceto pela ressalva apontada no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Básicas.

Informações fornecidas

- À auditoria foram propiciados:
 - Acesso a todas as informações tidas por relevantes pela UGP do Procidades/DF para a elaboração das demonstrações financeiras, tais como registros e documentação, e outros assuntos;
 - Informações adicionais solicitadas por V. Sas. para o propósito da auditoria;
- e
- Acesso irrestrito a pessoas dentro da entidade das quais V. Sas. determinaram ser necessário obter evidência de auditoria.
- Todas as transações foram registradas na contabilidade e estão refletidas nas demonstrações financeiras.
- Foram divulgados a V. Sas. os resultados da avaliação de risco de que as demonstrações financeiras possam ter distorção relevante como resultado de fraude (ISA 240).
- Foram divulgadas a V. Sas. todas as informações relativas a fraude ou suspeita de fraude de que se teve conhecimento e que afetem a entidade e envolvam:
 - Administração;
 - Empregados com funções significativas no controle interno; ou
 - Outros em que a fraude poderia ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras (ISA 240).
- Foram divulgadas a V. Sas. todas as informações relativas a alegações de fraude ou suspeita de fraude que afetem as demonstrações financeiras da entidade, comunicadas por empregados, antigos empregados, analistas, reguladores e outros (ISA 240).
- Foram divulgados a V. Sas. todos os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade de leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das demonstrações financeiras (ISA 250).
- Foram divulgados a V. Sas. a identidade das partes relacionadas da entidade e todos os relacionamentos e transações com partes relacionadas das quais temos conhecimento (ISA 550).

Atenciosamente,

MARIA AUXILIADORA GONÇALVES FRANÇA

Subsecretária de Apoio às Áreas de Desenvolvimento Econômico



Documento assinado eletronicamente por **MARIA AUXILIADORA GONÇALVES FRANÇA - Matr.0271424-8, Subsecretário(a) de Apoio às Áreas de Desenvolvimento Econômico**, em 27/05/2020, às 17:47, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
verificador= **40803426** código CRC= **5319D012**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCN, Quadra 2, Bloco "C" - Bairro Setor Comercial Norte - CEP 70712-030 - DF

(61) 2141-5517

00600-00001794/2020-11

Doc. SEI/GDF 40803426